

CRIANÇA E TRABALHO: DA EXPLORAÇÃO À EDUCAÇÃO



ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI

MARCOS NEVES FAVA

LELIO BENTES CORREA

ORGANIZAÇÃO

CRIANÇA E TRABALHO: DA EXPLORAÇÃO À EDUCAÇÃO





EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-001
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Agosto, 2015

Versão impressa — LTr 5341.9 — ISBN 978-85-361-8578-1

Versão digital — LTr 8790.5 — ISBN 978-85-361-8560-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Criança e trabalho : da exploração à educação / Andréa Saint
Pastour Nocchi, Marcos Neves Fava, Lelio Bentes Correa,
organização. — São Paulo : LTr, 2015.

Bibliografia

1. Crianças — Trabalho 2. Educação de crianças 3. Escravidão infantil 4. Menores — Direitos fundamentais 5. Trabalho infantil — Aspectos sociais I. Nocchi, Andréa Saint Pastour. II. Fava, Marcos Neves. III. Correa, Lelio Bentes.

15-06589

CDD-362.76

Índice para catálogo sistemático:

1. Exploração do trabalho infantil : Problemas sociais 362.76

*Para as mais de dois milhões de crianças brasileiras
que precisam ser resgatadas
de sua triste condição de trabalhadores precoces.*

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i> Kátia Magalhães Arruda.....	9
<i>Cinco Desafios para a Infância em 2015</i> Mário Volpi	13
<i>Trabalho Infantil: Caminho que Perpetua a Pobreza</i> Maria Zuíla Lima Dutra	19
<i>Saúde e Trabalho Infantil no Brasil: Impactos do Capitalismo Global</i> Maria da Graça Luderitz Hoefel; Denise Osório Severo	35
<i>O Trabalho Infantil e a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes</i> Erika Kokay	48
<i>Terceirização e Precarização no Cenário de Proteção à Infância e à Juventude</i> Valdete Souto Severo	59
<i>Trabalho Escravo Contemporâneo, Pobreza e Trabalho Infantil</i> Rodrigo Garcia Schwarz	69
<i>A Proteção das Crianças e dos Adolescentes com Deficiência</i> Ricardo Tadeu Marques da Fonseca	91
<i>O Trabalho Infantil Doméstico como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil: o Marco Regulatório da Organização Internacional do Trabalho e sua Juridificação no Brasil, Argentina e Uruguai</i> Candy Florencio Thome	97
<i>A Infância nos Bastidores: Repercussões, Riscos e Desafios do Trabalho Infantil Artístico</i> Sandra Regina Cavalcante	126

<i>Época de Resistência e de Renovação das Lutas em Favor da Infância e da Adolescência</i>	140
Maria do Rosário Nunes	
<i>Trabalho Infantil, Direitos Humanos e Cadeias Econômicas: a Responsabilização Empresarial nos Cenários Transnacional e Nacional</i>	143
Rafael Dias Marques	
<i>O Juiz do Trabalho e a Competência para Autorizações do Trabalho Artístico de Crianças e de Adolescentes</i>	168
Lelio Bentes Correa; Kátia Magalhães Arruda; José Roberto Dantas Oliva	
<i>Criança, Adolescente, Trabalho, Juiz do Trabalho</i>	188
Andréa Saint Pastous Nocchi; Marcos Neves Fava	

PREFÁCIO

MINISTRA KATIA MAGALHÃES ARRUDA^(*)

O livro *Criança e Trabalho: da exploração à educação*, que tenho a honra de prefaciar, é uma coletânea de estudos jurídicos com um tema em comum: o trabalho de crianças e adolescentes e sua violação dos direitos humanos.

Aborda aspectos variados: ora enfrentando questões relacionadas ao trabalho escravo infantil, cadeias econômicas, responsabilidade empresarial, pobreza e precarização; ora tratando da renovação das lutas e enfrentamento do trabalho infantil doméstico, dos efeitos maléficos na saúde das crianças, na situação de jovens com deficiência e na atuação dos operadores jurídicos no combate ao trabalho infantil, inclusive a polêmica discussão sobre autorizações para o trabalho infantil artístico.

São temas atuais e relevantes, cujas conclusões desaguam em uma importante compreensão: a de que os problemas narrados já deveriam, há muito tempo, ter sido superados por uma política eficaz e contundente, que erradicasse essa chaga do cenário nacional.

A verdade é que o Brasil precisa romper com o senso comum da exploração e da precarização do trabalho, que tem origem ainda no período da escravidão, e que perdura pelas gerações seguintes.

O escritor e historiador Laurentino Gomes, com a didática que lhe é característica, mostra como a escravidão era arraigada em nosso país. Afinal, por mais de 350 anos o Brasil foi o maior território escravagista do Ocidente. As leis que combatiam o trabalho escravo não eram cumpridas. Eram “leis para inglês ver”, já que, mesmo após as proibições, o tráfico de escravos continuou com a complacência das autoridades⁽¹⁾.

Algo semelhante acontece na atualidade. As leis proíbem o trabalho de crianças e adolescentes até os 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, no entanto, mais de três milhões de jovens continuam a ser explorados nos mais diversos ramos da economia: carvoarias, agricultura, lixões.

Nas feiras públicas e nas residências particulares, sob os olhos de todos ou escondidos na “invisibilidade” do trabalho doméstico.

(*) Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Coordenadora da Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Infantil do TST.

(1) GOMES, Laurentino. 1989: como um imperador cansado, um Marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013. p. 214-215.

Aliás, o trabalho infantil doméstico demonstra muito claramente a vinculação da mentalidade escravocrata que ainda existe entre alguns brasileiros: é que as crianças já nasciam escravas para “servir ao senhor”, o que explica a aceitação do trabalho de crianças como algo banal.

No livro *1889*, de Laurentino Gomes, consta a seguinte citação:

Sob a vigência da Lei do Ventre Livre, a maioria dos proprietários preferiu manter os filhos das escravas no cativeiro após oito anos de idade em vez de entregá-los ao governo, mediante a indenização prometida. Ou seja, os fazendeiros continuaram a utilizá-los como mão de obra cativa, como se nada tivesse mudado. Em 1882, onze anos depois da aprovação da lei, um relatório do Ministério da Agricultura informava que apenas 58 crianças em todo o Brasil haviam sido entregues aos tutores oficiais. Todas as demais permaneceram nas fazendas, vivendo na companhia dos pais nas senzalas e trabalhando nas lavouras debaixo da vigilância dos feitores. (GOMES, 2013)

Vemos, portanto, que a concepção do trabalhador no Brasil é permeada de preconceito e a exploração perpetua o ciclo da pobreza e retira das crianças o acesso à uma educação de qualidade e os números falam por si: 90% dos jovens que trabalham apresentam defasagem escolar e as pesquisas mostram que quanto mais cedo se começa a trabalhar, menor será o valor do salário recebido quando adulto, até porque, em geral, tratar-se-á de mão de obra desqualificada.

A historiadora Emília Viotti da Costa, em seu trabalho *Abolição*, explica que os ex-escravos foram largados à sua própria sorte, uma vez que a Lei Áurea abolia a escravidão, mas não seu legado de miséria e exclusão — “Trezentos anos de opressão não se eliminam com uma penada”.

A mentalidade de opressão também não! Todos os países que admitem o trabalho infantil, mesmo com legislação em contrário, trivializam e banalizam os efeitos maléficos trazidos pelo trabalho precoce. É disso que trata esse livro: da mudança necessária que levará à eliminação do trabalho infantil.

É interessante observar que toda a defesa do trabalho infantil está calcada nos mesmos argumentos antes defendidos para justificar a escravidão: “É melhor trabalhar que roubar”, “É da vontade de Deus que existam pobres e ricos, livres e cativos”, entre outras expressões que não encontram amparo em uma sociedade que digne pela defesa do direito e da justiça.

Todavia, o livro que ora apresento propõe um novo olhar sobre o tema: o de que o trabalho infantil é uma ferida aberta em nossa sociedade, que corrói o presente e o futuro da juventude e que deve ser combatida ou contaminará todo um processo de desenvolvimentos econômico e social.

Daí a importância da leitura deste livro por todos os que se propõe a defesa dos direitos humanos. Há causa mais justa do que garantir educação e crescimento saudável às crianças brasileiras e de todo o planeta?

Pois o trabalho infantil é contrário a essa causa. O trabalho precoce destrói a infância, prejudica a educação, atrapalha os desenvolvimentos físico e mental, e violenta, por fim, a própria liberdade.

A pobreza e a exclusão social têm levado milhares de crianças à serem exploradas por meio do trabalho, roubando-lhes um tempo que deveria ser cultivado para o lazer e a cultura, sem possibilidade de escolhas. Se tivessem liberdade, escolheriam lazer, educação e cultura, nunca trabalho pesado e suas mutilações frequentes!

Ainda falta, portanto, liberdade para muitos brasileiros. Persiste uma escravidão em que jovens são açoitados pela exclusão social.

Essa relação entre falta de oportunidades e falta de liberdades tem sido analisada pelo economista Amartya Sen, que associa o problema do trabalho infantil com a questão da liberdade de escolha:

As piores violações da norma contra o trabalho infantil provêm da escravidão em que na prática vivem as crianças de famílias desfavorecidas e do fato de elas serem forçadas a um emprego que as exploram (em vez de serem livres e poderem frequentar a escola).⁽²⁾

As palavras são duras, mas, a realidade destas crianças é ainda pior.

Parabenizo, portanto, os coordenadores desta obra, em especial os magistrados Lelio Bentes Correa, Marcos Neves Fava e Andrea Saint Pastous Nocchi, pela acuidade na seleção dos trabalhos e persistência na luta, cumprimentos que estendo aos demais autores. A experiência, o engajamento e o compromisso estão presentes em todos os capítulos e demonstram que o pensamento crítico é capaz de unificar grandes ideias. Afinal, é o ato de pensar, de refletir sobre o mundo em que vivemos, reconhecendo suas mazelas e contradições, que nos faz atuar de forma consciente pela sua transformação.

Este livro é uma semente que deve ser espalhada e que certamente há de germinar em solo fértil, auxiliando na construção de um futuro melhor para todas as crianças e adolescentes no Brasil.

(2) SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 48.



CINCO DESAFIOS PARA A INFÂNCIA EM 2015

MÁRIO VOLPI^(*)

As questões apresentadas neste texto referem-se a temas estratégicos que precisam ser debatidos e aprofundados para assegurar que os direitos de crianças e adolescentes se consolidem como temas estruturantes da sociedade brasileira.

A lista dos cinco desafios é apenas uma forma de organizar a reflexão agrupando alguns temas, sem a pretensão de que esta seja uma lista exaustiva. Obviamente outros temas poderiam ser acrescentados, por também se constituírem em desafios.

O primeiro desafio sugerido diz respeito à necessidade de entender a infância e adolescência como fases complementares e interdependentes do desenvolvimento humano. Por muito tempo acreditou-se que “um bom começo de vida” asseguraria o desenvolvimento nas fases seguintes. Salvar as crianças da mortalidade infantil protegendo-as para que pudessem completar seu primeiro aniversário, garantir seu desenvolvimento sensório-motor, assegurar que tenham acesso à alimentação adequada e promover, enfim, seu desenvolvimento integral para que pudessem ingressar na escola

preparadas para os desafios da aprendizagem, forma o centro dos objetivos das políticas voltadas para a infância. Sem dúvida o investimento na primeira infância é decisivo para que a criança possa enfrentar as fases seguintes do seu desenvolvimento. Entretanto, o discurso da importância das políticas para a primeira infância acabou por ser interpretado como uma solução mágica para resolver os problemas que atingem crianças e adolescentes. A análise da evolução dos indicadores sociais revelou que nem sempre os ganhos obtidos numa fase do desenvolvimento resultam num aproveitamento maior da fase seguinte, se não houver um novo investimento. Vamos a alguns exemplos.

No Brasil, as reduções na taxa de mortalidade infantil entre 1998 e 2008 mostram que foi possível preservar a vida de mais de 26 mil crianças. No entanto, no mesmo período, 81 mil adolescentes brasileiros, entre 15 e 19 anos de idade, foram assassinados.

Segundo o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA)⁽¹⁾ que sistematiza os dados nos 255 municípios brasileiros com população igual ou superior a 100 mil habitantes, no período

(*) Formado em filosofia, mestre em Políticas Sociais, foi Coordenador Nacional do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e atualmente coordena o programa Cidadania dos Adolescentes do UNICEF no Brasil.

(1) O IHA é uma publicação do Programa de Redução da Violência Letal (PRVL), uma iniciativa coordenada pelo Observatório de Favelas, realizada em conjunto com o UNICEF e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e desenvolvido em parceria com o Laboratório de Análise de Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV Uerj) e tem apoio institucional da Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento (ICCO).

de 2006 a 2012, 33.588 adolescentes morreram por homicídio. Em 2014, analisando dados de 288 municípios, usando como base o cálculo do IHA de 2012, pode-se estimar o número de vidas adolescentes que serão perdidas ao longo de sete anos, se as condições atuais forem mantidas. Segundo a estimativa, entre 2013 e 2019 aproximadamente 42 mil vidas adolescentes serão perdidas nos municípios com mais de 100 mil habitantes.

Outro exemplo importante é na área da educação. Dados do INEP/2011 revelam que naquele ano o percentual de crianças de 6 anos na escola alcançava 95,4%. Já o percentual de crianças de 12 anos com 1º ciclo do ensino fundamental concluído era de 76,2%. O percentual de adolescentes de 16 anos que concluíram o ensino fundamental era de 62,7% e o percentual de jovens com 19 anos que concluíram o ensino médio era de 48,7%. Nota-se claramente que o fato de termos assegurado o ingresso próximo a 100% das crianças de 6 anos na escola, estas crianças não vão evoluir automaticamente na sua escolaridade se não houver investimentos nas fases posteriores.

Os dados da PNAD/2011 do IBGE esclarecem esses números ao revelar que de 4 a 17 anos de idade⁽²⁾, 3,5 milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola. Destes, 1,7 milhões são adolescentes com idade entre 15 e 17 anos.

Outro exemplo que pode servir de alerta para a necessidade de um investimento constante no desenvolvimento de crianças e adolescentes é o caso da saúde. O Brasil eliminou na infância, por meio da vacinação universal, doenças como a varíola e a poliomielite. Entretanto no caso da epidemia de HIV o

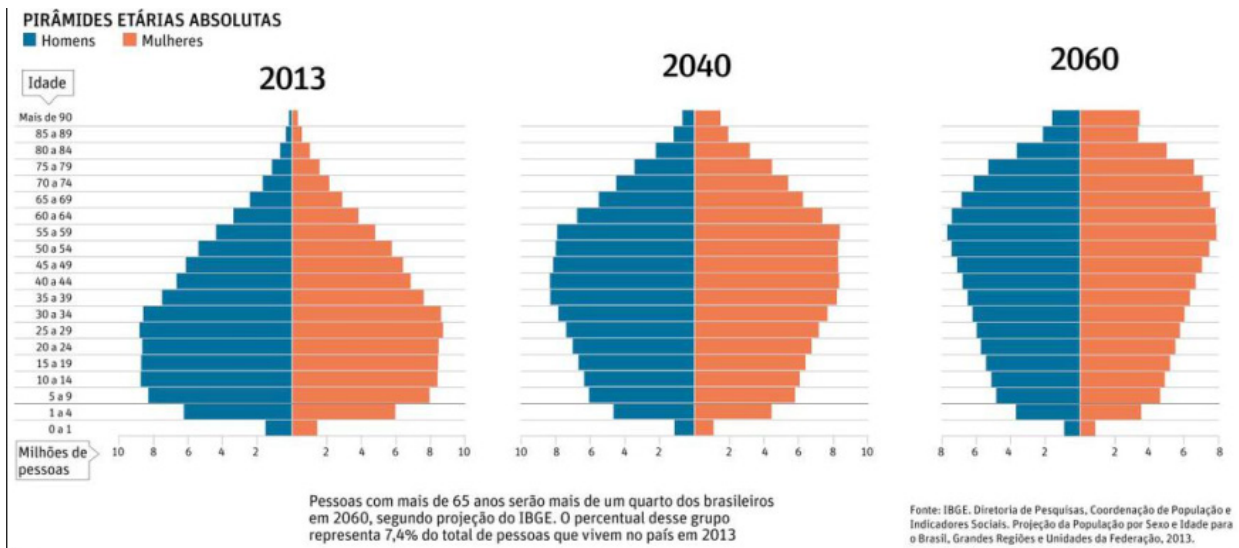
grupo que mais preocupa é o de jovens entre 15 e 24 anos. Enquanto a infecção por HIV no Brasil tem uma leve tendência de queda, nessa faixa etária o número de casos está aumentando. Em sete anos, o crescimento foi de 40%. Os jovens têm mais parceiros, se protegem menos e não têm noção do perigo da doença, segundo pesquisa do Ministério da Saúde divulgada em fevereiro de 2015.

Um segundo desafio que se apresenta para o país é a necessidade de potencializar o fim do bônus demográfico que representa a população de crianças e adolescentes. Desde o Censo de 2010 observa-se um declínio na participação percentual de crianças e adolescentes na composição total da população brasileira. Isso deve-se a dois fatores principais: a taxa de fecundidade da mulher que caiu de 2,38 em 2000 para 1,9 em 2010; e a expectativa de vida da população brasileira que em 2000 era de 70,46 e em 2010 passou para 73,48.

Como pode ser observado, o Brasil vem passando por um processo de aumento da longevidade de sua população, combinado com a redução do nível geral da fecundidade, o qual vem posicionando-se abaixo do número necessário de filhos para garantir a reposição das gerações em igual número. “A esse respeito o IBGE vem alertando para o acelerado processo de envelhecimento de sua população e a provável diminuição em termos absolutos de seu efetivo populacional. Com uma população majoritariamente envelhecida as políticas sociais e econômicas devem levar em consideração este contingente, particularmente num País que também experimenta um crescente processo de urbanização”⁽³⁾.

(2) A obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos decorre da Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009.

(3) BRASIL. *Esperança de vida às idades exatas (X)*, por sexo: 2000, 2009 e 2010 na publicação do IBGE — Brasil: Tábua Completa de Mortalidade, 2010.



A população que em 2011 tinha entre 15 e 17 anos, dos quais, 1,7 milhões estavam fora da escola, em 2040 terá entre 44 e 46 anos de idade e formará a parte proporcionalmente maior da população brasileira. Se se mantiverem as condições atuais, este grupo comporá o extrato etário de baixa escolaridade, provavelmente com baixa renda e com alta probabilidade de reproduzir os padrões de pobreza atuais em seus futuros grupos familiares. Isto significa que uma parte considerável (1,7 milhões) da população atual de adolescentes está sendo condenada a um futuro de privações de oportunidades tornando-se, em grande parte, uma geração cujas potencialidades foram desperdiçadas.

Esses dados ajudam também a entender que a adolescência brasileira precisa ser vista a partir de uma perspectiva social mais profunda e coerente. O discurso equivocado mas recorrente de que os adolescentes são irresponsáveis e violentos ou, no outro extremo, de que são vítimas indefesas do sistema e do seu próprio desenvolvimento biopsicossocial não colaboram para entender a dinâmica social. É muito urgente que se perceba a adolescência como uma fase importante do desenvolvimento humano na qual a família, a sociedade e o Estado precisam disponibilizar oportunidades para o seu desenvolvimento integral, pois acima de tudo o adolescente tem direito de ser adolescente e de-

envolver suas potencialidades no maior nível possível. Dito de outra forma, a atual população de adolescentes, longe de ser um problema para o país é, acima de tudo, um enorme recurso para contribuir como solução. As projeções populacionais indicam claramente que o país não terá mais uma oportunidade igual ao do bônus demográfico que vem fechando seu ciclo desde 2010.

Em decorrência da questão demográfica acima apresentada surge um terceiro desafio caracterizado pela urgente necessidade de investir na adolescência para contribuir com o seu desenvolvimento em três dimensões essenciais: a autonomia, a interação e a identidade.

Essas três dimensões referem-se às três principais dinâmicas que marcam profundamente a adolescência e que demandam uma compreensão das políticas públicas para produzir políticas, programas e ações específicas para esta fase da vida.

A autonomia refere-se ao processo no qual os/as adolescentes começam a estabelecer suas próprias visões em relação às normas, aos valores e às crenças nas quais foram orientados pelos adultos próximos a eles. Dúvidas, questionamentos e transformações ocorrem naturalmente e os adultos precisam entender o aspecto positivo dessas mudanças e contribuir

para que essa autonomia seja construída com liberdade, apoio e respeito ao bem comum, à tolerância e à convivência com a diversidade.

A interação está relacionada à abertura do adolescente para relações sociais que vão além do seu grupo familiar. Os adolescentes trazem para o seu núcleo de convivência pessoas e grupos que podem aumentar o repertório familiar de relacionamentos e promover um aumento de conhecimentos, visões e comportamentos que contribuem para ampliar os processos de convivência familiar e especialmente de convivência comunitária e participação social. Tem grande importância nessa fase da vida a possibilidade de participar de processos de decisão sobre questões relacionadas à própria vida, à de sua comunidade, de sua escola, às políticas a eles/ as destinadas.

A identidade está relacionada ao processo da afirmação de sua subjetividade, isto é, de sua forma peculiar de se mostrar ao mundo. Nesse sentido, é muito importante que as políticas públicas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer alcancem os/as adolescentes para contribuir com a construção de sua autoimagem, respeitando sua identidade étnico-racial, sua identidade de gênero, suas escolhas individuais e fortalecer suas habilidades e talentos.

Esse terceiro desafio está, portanto mais ligado a perceber os/as adolescentes por aquilo que eles/as são e não por aquilo que eles não são.

O quarto desafio que se apresenta para a sociedade brasileira é o das desigualdades que impedem a realização dos direitos de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes.

Na década de 1990 o desafio do país era reduzir as mortes de crianças menores de 5 anos causadas pelas doenças infecciosas e parasitárias. No final dos anos 1990, houve uma inversão no perfil da mortalidade infantil. No Brasil, passaram a prevalecer as mortes nos primeiros 27 dias de vida e por problemas de

correntes da prematuridade. Atualmente, 70% das mortes no primeiro ano de vida ocorrem nesse período (SIM/Ministério da Saúde). Outro fator que ainda preocupa é que quase 70% das mortes que acontecem no primeiro ano de vida podem ser evitadas.

Segundo o documento do UNICEF Agenda pela Infância 2015-2018 “Em 2012, 26.899 crianças poderiam ter sido salvas com medidas como pré-natal de qualidade, incluindo a identificação de gestantes de risco, assistência ao parto humanizado e assistência de qualidade ao recém-nascido. O Brasil também ainda enfrenta o desafio de reduzir as mortes de crianças indígenas. A média dos indicadores nacionais não reflete as altas taxas de mortalidade infantil (menores de 1 ano) e na infância (menores de 5 anos) entre a população indígena. Em 2011, a taxa de mortalidade infantil entre os indígenas foi de 41,9 por mil nascidos vivos. Isso quer dizer que uma criança indígena tem três vezes mais chances de morrer antes de completar 1 ano de idade quando comparamos os indicadores com as médias nacionais. Além disso, essa taxa é quase a mesma registrada pelo Brasil em 1990”.

Os estudos recentes⁽⁴⁾ mostram que a exclusão escolar segue a mesma lógica das desigualdades regionais, sociais, raciais e econômicas do Brasil. Os mais excluídos são as crianças negras, indígenas, quilombolas, de família com baixa renda, em conflito com a lei, de pais ou responsáveis com baixa escolaridade, crianças que trabalham e crianças que vivem no campo. De acordo com dados da Pnad 2009, as pessoas das faixas mais pobres da população têm, em média, 5,5 anos de estudo, enquanto as das faixas mais ricas chegam a 10,7, quase o dobro de escolaridade.

Os dados do já citado Índice de Homicídio de Adolescentes (IHA) revelam um racismo persistente na sociedade brasileira que tira a vida de milhares de adolescentes negros todos os anos. No cálculo feito para a população conjunta de todos os municípios com mais de

(4) *Desafios para o ensino médio*. Brasília: Unicef, 2014; BRASIL. *Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica na idade certa* — direitos de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes. Brasília, ago. 2012. *O direito de ser adolescente*. Brasília: Unicef, 2011.

100 mil habitantes em 2012, os adolescentes negros possuem um risco 2,96 maior de serem assassinados do que os brancos. Num *ranking* global, o Brasil ocupa um trágico segundo lugar em número de homicídios contra adolescentes, atrás apenas da Nigéria.

As desigualdades afetam especialmente as crianças e adolescentes que vivem no semiárido brasileiro. Em 2010, a taxa de distorção idade-série entre adolescentes na região era de 47,4%. A média nacional no mesmo ano era de 35,9%. No caso da Amazônia, a pobreza afeta 56,9% das crianças e adolescentes que moram naquela região enquanto a média do Brasil era 29% da população brasileira vivendo na pobreza.

As desigualdades estão também nos grandes centros urbanos. A média de homicídios de pessoas de 10 a 19 anos da cidade de São Paulo é 10,7 para cada 100 mil habitantes. Na subprefeitura Ermelino Matarazzo, o índice chega 28,3 por 100 mil.

Esses breves exemplos revelam um desafio central para o país: não basta melhorar as médias do país se os benefícios das melhorias continuam privilegiando apenas uma parcela da sociedade. É preciso desconstruir o mito de que todos têm as mesmas oportunidades e produzir políticas de inclusão social que tenham estratégias específicas para alcançar os mais excluídos.

Um quinto desafio refere-se à necessidade de quebrar o ciclo intergeracional de transmissão da pobreza. Para além dos fatores econômicos e culturais, há dois fatores centrais na transferência dos padrões de pobreza de uma geração para outra: o trabalho infantil e a baixa escolaridade.

As causas determinantes da exclusão escolar estão associadas à baixa renda das famílias, baixa escolaridade dos pais, à gravidez na adolescência, ao trabalho infantil, à falta de acesso à escola para as crianças que vivem em regiões remotas e a baixa qualidade do ensino que desmotiva especialmente os adolescentes.

Por isso, para garantir o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes é preciso erradicar o trabalho infantil e garantir uma educação de qualidade.

Embora de 2012 para 2013 tenha havido uma queda de 12,3% no número de trabalhadores de 5 a 17 anos de idade, o Brasil ainda tem 3,1 milhões de trabalhadores nessa faixa etária, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/Pnad/2013).

Essa mesma pesquisa constatou que o país possuía cerca de 13 milhões de pessoas com mais de 15 anos de idade que eram analfabetos, o que corresponde a 8,3% desta população.

Some-se a estes dois indicadores o fato de o país ter poucas mudanças na concentração de renda. Se observarmos a variação do Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda em um país numa escala de 0 a 1, na qual quanto mais próximo de zero for o índice menor será a desigualdade. Segundo a PNAD/2013, o indicador referente ao rendimento dos domicílios brasileiros ficou em 0,5, depois de ter caído pela primeira vez para 0,499 no ano anterior. De 2011 para 2012, a variação também foi pequena, de 0,501 para 0,499. A série histórica da PNAD mostra que desde 2004 o Índice de Gini variou para baixo até 2012, partindo de 0,535. A maior queda foi entre os anos 2007 e 2008, com redução de 0,521 para 0,513. O que ocorreu agora é que o rendimento das pessoas mais ricas cresceu mais que o das mais pobres. De 2012 para 2013, o crescimento da renda dos 10% mais ricos foi 6,3%, enquanto os 10% mais pobres tiveram um ganho de rendimento de 3,5%.

No ano que o Brasil comemora os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, trazer ao debate público esses desafios significa reafirmar a necessidade de colocar os direitos das crianças e dos adolescentes no centro da agenda política de uma forma crítica e consistente.

Se por um lado há muitos avanços que nos permitem afirmar que o país se tornou um lugar melhor para as crianças e adolescentes viverem, é preciso reconhecer que enquanto não radicalizarmos na garantia dos princípios da proteção integral e na urgência de dar prioridade absoluta às crianças, vislumbrado há 25 anos, nossas crianças e adolescentes ainda não terão realizado sua plena potencialidade e nosso país não terá assegurado um desenvolvimento sustentável.